

**História da língua: elaboração e standardização.
Alguns parâmetros para a análise destes processos
nas Astúrias¹ / *Language History: elaboration and
standardization. Some parameters to analyse these
processes in Asturias***

CLARINDA DE AZEVEDO MAIA
CENTRO DE ESTUDOS DE LINGÜÍSTICA GERAL E APLICADA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RESUME: El trayayu entama faciendo delles consideraciones de calter teóricu sobro dos procesos de pergrán importancia na historia de les llingües, la estandarización y la ellaboración. Col envís de comprender la muncha complexidá del procesu d'estandarización y la diversidá d'aspeutos llingüísticos y sociales presentes nel so desendolcu, faise referencia a los destremaos entamos de sistematización del so estudiu a lo llargo de la historia más o menos recién de la Llingüística, dende la Escuela de Praga y la d'Einar Haugen hasta les reflexones de representantes de la Romanística alemana, Peter Kock y Wulf Oesterreicher. Na implementación histórica d'una variedá que se convertirá n'*estándar* la ellaboración surde como una de les fases/estadios d'esi procesu. Los citaos romanistes alemanes, al ocupase d'estos procesos, aplíquenlos a la trayectoria temporal de les llingües, especialmente les romániques, y rellacionen el conceutu d'ellaboración cola so teoría de la llingua a distancia y de la proximidá comunicativa, y encuádrulo nel ámbitu d'una conceición global de la oralidá y de la escrituralidá. Estremen, d'estamiente, ente dos aspectos pervencyaos ente ellos, la *ellaboración estensiva* y la *ellaboración intensiva*, carauterizándose'l primer aspeutu pel esparcimientu de les primitives variedaes romániques a los nuevos ámbitos funcionales y pel algame de nueves tradiciones discursives de la distancia comunicativa; y el segundu pela ampliación de recursos testuales y llingüísticos. Al llume del cuadru conceptual ufiertáu, analícense esos procesos na historia de les llingües ibero-romances, más en particular les que medraron na órbita de la monarquía asturianolleonesa: l'asturianu, el gallegu, el castellanu y el portugués. Procéde-

¹ Este traballo foi realizado no âmbito da Linha Temática «História da Língua Portuguesa e História da Consciência Linguística» do Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA-ILTEC), Unidade de I & D financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e sediada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Uma primeira versão deste texto foi apresentada nas «XXXIII Xornaes Internacionales d'Estudiu» organizadas pela «Academia de la Llingua Asturiana» e que tiveram lugar na Universidade de Oviedo, nos dias 4, 5 e 6 de Novembro de 2014.

se, igualmente, a una comparanza histórica ente ellos, teniendo en cuenta los citaos procesos, que les cincaron en graos muncho variables y que se desendolcaron en contestos históricos destremaos. Una referencia particular faise a Asturias onde, pola mor de la castellanización temprana del territoriu, fráyase ceo'l procesu d'elaboración y desaniciase tamién la posibilidá de desendolcu del procesu de codificación nel mesmu contestu históricu nel que lo fixeren otros llingües ibero-romances.

Pallabres clave: Estandarización, elaboración, historia de les llingües ibero-romances, asturianu.

ABSTRACT: This paper starts with some theoretical considerations about two fundamental processes in language history: elaboration and standardization. In order to fully comprehend the complexity of the standardization process and the diversity of social and linguistic aspects in language development, reference will be made to the first approaches to systematization of language study throughout the more or less recent history of Linguistics, from the Prague School and Einar Haugen's one to the reflections of some representatives of the German Romanistik such as Peter Koch and Wulf Oesterreicher. When historically implementing a variety that will become a standard one, the elaboration stands out as one of the stages of that process. The above-mentioned German Romance language experts, when dealing with these processes, apply them to the diachronic development of languages, particularly the Romance ones, and relate the concept of elaboration to the Language Distance Theory and to the notion of communicative proximity. They also place this concept within the framework of a global conception of orality and writing. Therefore, they differentiate between two aspects: extensive elaboration and intensive elaboration. The first one is characterized by the extension of the primitive Romance language varieties to the new functional fields and by achieving new discursive traditions of communicative distance, while the second aspect is distinguished by the extension of textual and linguistic resources. Given the conceptual framework of the paper, those processes are analyzed within the history of the Iberian-Romance languages, and most particularly those which were developed in the context of the monarchy of the Kingdom of Asturian and León: Asturian, Galician, Castilian and Portuguese. Thus, a historical comparison between these languages is provided, taking into account the above-mentioned processes, which contributed to their development in different degrees and historical contexts. Particular reference is made to Asturias, where, due to early castilianization process of the territory, the process of elaboration is damaged and the possibility of developing the codification process in the same historical context in comparison with other Iberian-Romance languages is clearly reduced.

Key words: Standardization; elaboration; history of Iberian-Romance languages; Asturian.

1. Apesar de se tratar de importantes processos na história das línguas, nem sempre têm sido considerados no estudo diacrónico de línguas singulares quer o desenvolvimento das respectivas normas *standard* quer os processos de construção linguística e textual que permitem que uma língua seja usada em todos os âmbi-

tos funcionais e em todos os tipos textuais, incluindo os que correspondem à chamada distância comunicativa. Trata-se, no primeiro caso, de um importante processo que se traduz na constituição da norma *standard* de uma língua, que passa a ser língua estandardizada, e, no segundo, de um processo que contribui para a configuração da «arquitectura» da língua, ou seja, para a formação de uma língua histórica de pleno direito, cujo espaço variacional abrange as exigências de todas as situações de comunicação pertinentes numa dada sociedade, desde as que correspondem à comunicação imediata até às da distância comunicativa (Koch e Oesterreicher 2008: 2585-2586).

Nesta secção, trataremos do mecanismo da estandardização e dos processos de elaboração em geral, a fim de evidenciarmos alguns parâmetros que permitam, por um lado, a comparação histórica entre os vários idiomas ibero-românicos setentrionais, sobretudo os do Noroeste peninsular que se formaram na órbita da monarquia asturiano-leonesa, e, por outro, a análise de alguns aspectos essenciais da história do asturiano e a compreensão da sua actual situação.

A estandardização é um mecanismo particularmente complexo que não só tem relação com factores extralinguísticos (culturais, socio-económicos e políticos)² como no seu próprio desenvolvimento actuam dois tipos de processos, processos linguísticos e processos sociais. Por esse motivo, o seu estudo requer o estabelecimento de relações entre aspectos linguísticos e aspectos sociais e constitui um campo de investigação interdisciplinar que interessa a distintas disciplinas que se ocupam da linguagem e das línguas particulares.

Em virtude da diversidade de aspectos incluídos no desenvolvimento de normas *standard*, surgiram na história mais ou menos recente da Linguística várias tentativas de sistematização do seu estudo, desde a proposta da Escola de Praga (baseada em Garvin 1964 e Garvin e Mathiot 1968)³ e a de Einar Haugen ([1966] 1972; 1987)⁴ até às reflexões de representantes da Romanística alemã, Peter Koch e Wulf Oesterreicher, que procuraram explicar esses processos históricos de línguas naturais, nomeadamente de línguas românicas, no âmbito de uma concepção global da oralidade e da escrituralidade.

² Foi já posta em relevo a relação entre estandardização e processos de unificação política, entre a emergência de línguas *standard* e épocas de intenso nacionalismo político, afirmando-se a língua comum como um importante símbolo no processo de unificação política: «most of the present-day standard languages of Europe emerged within a climate of intense political nationalism (...). The standardization and promotion of a common language was seen as an important symbol of the process of political unification. Standard languages were developed in part out of the need to create prominent ideological symbols of shared purpose, nationhood, etc.» (Romaine 2007: 686). Relativamente às línguas românicas, foi também já equacionada e valorizada a relação entre a criação de estruturas estatais independentes, com força centralizante e uniformizadora, e a formação de línguas estandardizadas. (Cfr. Metzeltin 2004: 63).

³ Sobre a proposta de estudo da estandardização linguística dos autores vinculados à Escola de Praga, veja-se a síntese feita por Santos (2006: 99-111) e por Conde Silvestre (2007: 315-317).

⁴ Em relação ao modelo proposto por Einar Haugen, veja-se Santos (2006: 111-115) e (Conde Silvestre 2007: 317-322).

Cumpra sublinhar que a proposta de Einar Haugen (sujeita pelo próprio Autor a ulteriores revisões) para a explicação de processos modernos de planificação linguística é de grande utilidade para a compreensão e enquadramento do fenómeno que estamos a considerar, nomeadamente para a definição dos estádios / fases históricas pelas quais uma variedade deve passar antes de converter-se em *standard*: a *selecção*, a *aceitação* (termo posteriormente substituído por *implementação* para referir-se à difusão e aceitação da variedade seleccionada), a *elaboração* (da função) e a *codificação*⁵.

Tomada como ponto de partida, essa proposta de matriz teórica foi, pelos referidos autores alemães, submetida a algumas modificações⁶ ao ser aplicada a processos históricos desenvolvidos ao longo da trajectória temporal das línguas, nomeadamente das línguas românicas (Koch e Oesterreicher 2008: 2582-2583).

Distinguindo entre os aspectos relativos à constituição da norma de uma língua e os referentes à normalização, consideram entre os primeiros a *selecção* e a *codificação* e, entre os segundos, a *elaboração extensiva* e a *elaboração intensiva*. Assim, nos processos de estandardização podem distinguir-se duas componentes, a *selecção*, comandada por factores externos à língua, e a *codificação*, caracterizada pela «fixação explícita e metalinguística» (Koch e Oesterreicher 2008: 2583) dos traços retidos no processo de *selecção*, isto é, dos traços da variedade seleccionada.

A tarefa de codificação pressupõe a *selecção* de uma variedade-base, uma variedade de referência, que constituirá o modelo de bom uso da língua. Os principais tipos de escolha que é possível fazer entre alternativas de carácter linguístico são a *selecção monocêntrica* por um processo de *sinédoque* (Joseph 1982: 489; Joseph 1987: 58-60)⁷ e a *selecção policêntrica* (e, neste caso, o *standard* tem um carácter *compósito*) (Deumert/Vandenbussche 2003: 4-5; Joseph 1987: 58-60), resultando de uma *amálgama* de traços de diferentes variedades: *elabora-se*, deste modo, uma variedade *supra-dialectal*.

Constituindo a *selecção* uma vertente social do fenómeno de estandardização, tem muito a ver com a estrutura social da comunidade e com o poder de que os diferentes grupos sociais são detentores. No emergir de *standards* a partir de um

⁵ Sobre a caracterização dos diferentes estádios históricos que, na proposta de E. Haugen, são percorridos na implementação histórica de uma variedade que se converterá em *standard*, veja-se Conde Silvestre (2007: 317-322). Ver também Santos (2006: 111-115).

⁶ A propósito das modificações feitas pelos dois romanistas alemães ao modelo de E. Haugen, veja-se o esquema de estandardização apresentado em Koch e Oesterreicher (2008: 2583).

⁷ A *selecção* de uma variedade (geográfica ou social) que é promovida a *standard* resulta da avaliação das diferentes variedades que é feita pelos falantes em associação com factores extralinguísticos (políticos, culturais, socio-económicos). Verifica-se uma transferência do prestígio e do poder atribuído a determinado grupo de falantes para uma determinada variedade: «the standard is usually associated with upper-class speech» (Joseph 1987: 58); «it is the people with power and prestige who determine the prestigious dialect» (Joseph 1987: 59).

determinado dialecto são os falantes ou grupos sociais com mais poder e com mais prestígio que determinam o dialecto mais prestigiado⁸.

A codificação de uma norma, através de uma intervenção consciente, institucional, cria instrumentos próprios, tais como as gramáticas, os dicionários, os tratados / compêndios de ortografia, que desempenham um importante papel na construção das línguas nacionais e na sua afirmação. Desenvolvendo-se, a partir do Renascimento, a gramatização dos vulgares europeus, nomeadamente dos vernaculares românicos, esse processo contribuiu intensamente para a sua consolidação e fortalecimento, assim como para a estabilização do uso geral da língua.

Os autores das primeiras gramáticas da língua portuguesa, à semelhança das de outros vernaculares românicos, para justificar e legitimar a sua actividade sentiram necessidade de afirmar a dignidade da língua, a sua autonomia e especificidade face a outras línguas, e sobretudo em relação ao latim, a sua regularidade (uma vez que essa propriedade lhe permitia ser vertida em «arte»), assim como a sua capacidade de adaptação às mais variadas situações comunicativas⁹.

Ao aplicar-se a processos históricos, a proposta de Koch e Oesterreicher distingue, no plano da normalização linguística, dois aspectos parciais, intimamente associados entre si, da elaboração dos idiomas: a elaboração extensiva e a elaboração intensiva (Koch e Oesterreicher 2001: 600-601; 2008: 2585-2586). Os dois romanistas alemães ocuparam-se destes processos relacionando o conceito de elaboração com a sua teoria sobre a língua da distância e da proximidade comunicativa e no âmbito de uma concepção global da oralidade e da escrituralidade.

1.1. Na história das variedades românicas verificou-se, durante séculos, que a esses idiomas esteve vedado o acesso ao meio gráfico e à cultura escrita: reservados às situações de comunicação imediata, essas modalidades vão adquirindo progressivamente novos âmbitos funcionais até então confinados ao latim e acedem progressivamente às diferentes tradições discursivas da distância comunicativa, ao mesmo tempo que, intimamente vinculado a este processo, se verifica um outro de elaboração intensiva, caracterizado pela ampliação de recursos textuais-discursivos e linguísticos que tornam a língua apta para desempenhar todas as funções comunicativas¹⁰.

⁸ Ver também o que foi dito atrás, na n. 2.

⁹ Ver Maia (2010a: 33 e 34-35).

¹⁰ Sobre os aspectos textuais e linguísticos implicados na elaboração intensiva, ver o que é dito por Koch e Oesterreicher (2001: 600-601; 2008: 2.586). Veja-se também Kabatek (2003: 46-48) sobre os processos linguísticos ocorridos nos níveis textual-discursivo, sintáctico e lexical. Observe-se também o quadro-síntese (p. 48) apresentado pelo Autor acerca dos processos linguísticos do *Ausbau* ('elaboração') e dos fenómenos com ele relacionados: ao contrastar as línguas elaboradas e as línguas não elaboradas, caracteriza a elaboração extensiva e a elaboração intensiva e apresenta outros fenómenos que têm relação com esses processos, tais como a existência ou inexistência de uma ortografia no domínio da língua escrita e a relação com o processo de standardização.

1.2. É possível distinguir tipos de línguas (incluindo línguas românicas) de acordo com o grau de elaboração, a continuidade dos processos e a sua cronologia.

A par de línguas totalmente elaboradas, com um grau máximo de elaboração, existem outras, semi-elaboradas, ou caracterizadas por processos de elaboração incipiente, incompleta¹¹.

Quanto à continuidade dos processos de elaboração, em contraste com línguas com processos contínuos (como, por exemplo, o espanhol e o português), há outras cujos processos foram interrompidos (como o galego, o asturiano, o catalão, etc.)¹².

Finalmente, podem distinguir-se línguas com processos de elaboração antigos (e contínuos) e línguas em que esses processos são recentes e limitados, sendo este último tipo claramente representado pelo mirandês, uma variedade linguística de feição especial do domínio asturo-leonês¹³ que chegou até ao final do século XX sem tradição escrita, apenas com transmissão oral. Na sequência da aprovação da «Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias da Europa», o Parlamento português reconheceu oficialmente os direitos linguísticos dos mirandeses (Lei 7/99, de 29 de Janeiro), tendo no mesmo ano sido estabelecida uma norma ortográfica do mirandês (Ferreira & Raposo 1999).

2. Alguns idiomas ibero-românicos interromperam o processo de elaboração (extensiva, com contrapartidas na elaboração intensiva) e não desenvolveram o processo de codificação (ou viram interrompido esse processo) nas mesmas circunstâncias temporais e históricas em que se verificaram noutros idiomas que atingiram um grau de elaboração pleno e uma codificação gramatical máxima. Os diferentes contextos históricos em que se desenvolveram esses processos nos vários idiomas contribuíram para imprimir diferente feição e para conferir distinto papel aos instrumentos codificatórios.

A integração na Coroa de Castela dos vários reinos peninsulares (com excepção do reino de Portugal) teve consequências comuns e deu origem a processos de deslocação linguística¹⁴, de abandono do uso das variedades românicas ini-

¹¹ Além de incompletos, os processos de elaboração e standardização de alguns idiomas foram profundamente regressivos, e não retomados por processos mais ou menos recentes. Um estatuto extremamente precário é apresentado pelo occitano, mesmo no domínio do imediato. Sobre a situação sociolinguística do occitano e sobre o seu actual estatuto, veja-se o que é dito por Koch e Oesterreicher (2008: 2588).

¹² Acerca das razões que explicam a situação inicial mais sólida do catalão entre os vários idiomas peninsulares que foram afectados pela sobreposição do castelhano, veja-se Moreno Fernández (2005: 145-147). Uma breve história do catalão em função dos processos de elaboração e codificação encontra-se em Metzeltin (2007: 186-188).

¹³ Sobre o enquadramento do mirandês no complexo linguístico asturo-leonês e sobre a peculiar posição que ocupa no interior desse domínio linguístico, veja-se Maia (1996: 159-170, mas sobretudo p. 166-170) e a bibliografia aí citada a esse propósito.

¹⁴ Sobre os conceitos de deslocação linguística e de substituição linguística, veja-se Moreno Fernández (2009: 243-244).

cialmente implantadas nesses territórios em determinados contextos comunicativos, em benefício do castelhano que passou a utilizar-se nesses âmbitos. Exceptuando o português e o catalão, que desfrutou de especiais condições e oferecia à partida uma situação mais sólida¹⁵, as demais variedades viram limitados os seus âmbitos de uso e reduziram-se à situação de imediatez comunicativa.

A consciência de uma identidade própria (cultural e linguística) de uma comunidade no interior dos estados em que politicamente se inserem levou, em diferentes momentos, conforme os casos, algumas dessas comunidades a iniciar o respectivo processo de standardização e, em particular, de codificação.

Embora, ao longo dos séculos, tenha aflorado uma consciência identitária nalgumas comunidades peninsulares, o certo, porém, é que depois da década de 70 do século XX se criou na Europa um novo clima psicológico e cultural que, depois de séculos de monolitismo linguístico, favorecia a diversidade linguística e era cada vez mais propício à conservação e promoção das minorias e das chamadas línguas mais «débeis» (Muljačić 1999:15). A mesma década assinala também uma viragem na história da linguística: até então poucos autores se interessavam pelos aspectos socioculturais das línguas.

Com a aprovação da «Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias da Europa», proposta pelo Conselho da Europa e que foi aprovada (em 1992) como convenção internacional, a protecção e a promoção das línguas regionais ou minoritárias nos diferentes estados da Europa adquirem base jurídica. Não só se considera que as línguas com esse estatuto constituem uma parte do património linguístico e cultural europeu como se defendem os direitos linguísticos dos falantes dessas línguas como um prolongamento e parte essencial dos direitos do homem e das liberdades fundamentais do Conselho da Europa.

Em consequência da aprovação da «Carta», existem na Europa cada vez mais línguas em vias de elaboração, embora, paradoxalmente, se verifique também, em vários casos, perda de força demográfica, em virtude do enfraquecimento da transmissão geracional.

3. Vejamos, neste momento, de que modo os acontecimentos históricos e políticos afectaram o desenvolvimento de uma língua elaborada, culta, e o processo de standardização dos vários romances peninsulares setentrionais surgidos da mutação histórica do latim implantado com a Romanização nos respectivos territórios: o galego-português, o asturiano (asturo-leonês), o castelhano, o navarro-aragonês e o catalão. Nenhum deles desfrutava originariamente de qualquer tipo de preponderância, mesmo em relação ao aparecimento dos primeiros testemunhos escritos de cada um dos domínios. Se no *continuum* dialectal do Norte peninsular algum dos romances goza-

¹⁵ Cfr. Koch e Oesterreicher (2007: 202-203).

va de uma situação inicial de privilégio, essa preponderância correspondia ao romance referente à primeira unidade política, o primeiro reino cristão formado em consequência da invasão muçulmana e da Reconquista (Kabatek 2006: 143).

Tem sido repetidamente posto em relevo que a Reconquista marcou em comum, embora de diferentes modos, a história dos diferentes romances peninsulares. Um dos aspectos que mais tem sido destacado é a importância que esse movimento cristão que visava a recuperação das terras perdidas teve na configuração linguística peninsular, ao permitir a expansão para sul dos vários romances setentrionais: de facto, é pela expansão territorial desses romances motivada pela Reconquista que se configuram os diferentes domínios linguísticos peninsulares. No início do processo de recuperação dos territórios ocupados pelos muçulmanos, também o asturiano e o navarro-aragonês começaram a respectiva expansão para sul (Koch e Oesterreicher 2007: 201).

Fixemo-nos, a partir deste momento, sobretudo na história das línguas românicas peninsulares que se desenvolveram na órbita da monarquia asturo-leonesa¹⁶.

No processo de recuperação das terras perdidas, o reino das Astúrias expandiu-se para sul, tendo ultrapassado a ocidente, como limite meridional, a fronteira portuguesa do Mondego. Foi no tempo de Afonso III das Astúrias que a cidade de Coimbra foi reconquistada e ocupada por sua ordem por Hermenegildo Guterres no ano de 878, tendo, então, sido profundamente reorganizada e recebido o afluxo de populações vindas do Norte peninsular ou de moçárabes provenientes do território de ocupação islâmica (Coelho 2013: 11).

A linha do Mondego voltará a ser transposta pelos muçulmanos e pouco mais de um século depois, em 987, Coimbra cai em poder do Almançor (Coelho 2013: 11). E será Fernando Magno, rei de Leão e Castela, que reconquistará definitivamente Coimbra em 1064 e entregará o governo da cidade e da região que do Mondego se estendia até ao Douro ao moçárabe Sesnando Davidis¹⁷, a quem ficará a dever-se, no âmbito da sua acção governativa, entre outros aspectos, a restauração da própria cidade e o repovoamento do território.

¹⁶ A semelhança de soluções românicas entre os idiomas nascidos no Noroeste peninsular é posta, por Metzeltin (2004), em correlação com o processo de constituição e evolução da monarquia asturo-leonesa. Partindo de dados linguísticos empíricos das línguas românicas e pondo-os em relação com a formação dos modernos estados nacionais, propõe o Autor uma tipologia convergente das línguas românicas. No que se refere à história das línguas peninsulares, é estabelecida uma correlação entre uma tipologia empírica e os processos de constituição e evolução das monarquias asturiano-leonesa (o asturiano, o castelhano, o galego e o português) e carolíngia (o catalão e o aragonês). Apesar da proximidade tipológica entre as línguas que se desenvolveram na órbita da monarquia asturiano-leonesa, essa vizinhança é mais acentuada entre o castelhano e o asturiano que, não obstante, apresenta traços que lhe conferem individualidade no conjunto das línguas românicas. Sobre esse assunto, veja-se Metzeltin (2014).

¹⁷ A assinalar e a celebrar os 950 anos deste grande acontecimento para a cidade que foi palco de convivência pacífica entre muçulmanos, moçárabes e cristãos, incluindo os que procediam do Norte peninsular, a Universidade de Coimbra realizou em Outubro de 2014 um congresso interdisciplinar sob o o lema «Celebrar 950 anos do tempo de D. Sesnando. Coimbra, Cidade Aberta».

Apesar de, originariamente, entre os diferentes romances que emergiram no Norte peninsular não haver qualquer hierarquia ou superioridade, o certo é que no que concerne a constituição de uma língua elaborada, culta, e o fenómeno de standardização, só o castelhano e o português, em virtude de circunstâncias extralinguísticas, atingiram uma standardização máxima e uma elaboração completa, o que significa que funcionam em todos os domínios culturais e textuais, incluindo o mais alto grau de elaboração que corresponde às tradições discursivas científicas. Aliás, no que se refere à fixação dos usos linguísticos através da codificação gramatical, o castelhano foi a primeira das línguas românicas a dispor de uma descrição gramatical, a *Gramática sobre la Lengua Castellana*, de Antonio de Nebrija, publicada em 1492, quase meio século antes da publicação da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536).

Outros romances setentrionais, não obstante terem iniciado o processo de escrituralização no vernacular local, não tiveram condições para um desenvolvimento completo de uma língua escrita própria nem, evidentemente, para empreender o processo de codificação.

3.1. Entre as variedades românicas do Norte peninsular que iniciaram uma tradição escrita cedo interrompida se situa o asturiano, correspondendo a sua implantação ao reino das Astúrias, o primeiro reino cristão, «en torno al cual se aglutinaron y articularon pronto otros reductos cristianos vecinos» (Echenique Elizondo e Sánchez Méndez 2005: 363).

Iniciando uma tradição escrita asturiana de forma esporádica em finais do século XII e de forma habitual no século seguinte, o asturiano manifestou-se sobretudo na produção de textos jurídicos (documentos notariais, ordenanças e foros), revelando os textos, tal como é habitual na língua escrita de outras zonas peninsulares e românicas na sua fase inicial, acentuada variação gráfica e linguística. Chegaram a produzir-se textos reveladores da importância do asturiano medieval, o *Fuero de Avilés* e a versão do *Fuero Juzgo*, mas a produção em romance cedo foi interrompida e o asturiano ficou limitado às situações de imediatez dos falantes dos estratos populares (García Arias 1992: 682).

Embora tenha sido abundante a produção de documentação jurídica —o século XIII foi já designado «o século de ouro» da documentação medieval em asturiano (Cano González 1999: 108)—, o espectro textual é pouco amplo: não são conhecidos no período medieval textos literários (ou de outros tipos) totalmente escritos na língua das Astúrias ou de Leão idênticos aos cultivados nos processos de elaboração do castelhano ou do português¹⁸. Além disso, também sob o ponto de vista temporal, o processo de textualização é limitado: iniciado em finais do século XII, é interrompido em finais do século XIV, não existindo textos escritos em asturiano nos

¹⁸ Sobre os textos conhecidos em asturiano no período medieval, veja-se García Arias (1995: 623-624); Cano González (1999: 108-111).

séculos XV e XVI (Cano González 1999: 111)¹⁹. Não foi possível, assim, a ampliação a novos tipos textuais nem o desenvolvimento de uma língua escrita asturiana, o que impediu a constituição de uma língua plenamente elaborada.

Antes, porém, de se verificar a deslocação linguística do asturiano como língua escrita em virtude da sobreposição do castelhano à língua local, a influência castelhana começa a ser perceptível na prosa documental desde finais do século XIII, tornando-se mais acentuada no século seguinte. No século XV a castelhanização documental era praticamente definitiva, embora fosse possível, nalguns casos, detectar particularidades gráficas devidas à tradição asturiana (García Arias 1995: 625).

O afastamento do asturiano das funções de língua escrita acabou por ter enormes consequências para o futuro deste domínio linguístico. Aliás, já em finais do século XV, surgem testemunhos explícitos de avaliações, de valorações com conotações negativas do asturiano incluído, tal como a língua da Galiza, de Biscaia, e de Terra de Campos, entre as «grosseras y ásperas lenguas» de Castela, que têm algo de «muy grueso e rudo»²⁰.

As condições históricas e políticas não foram favoráveis à continuidade do asturiano como língua escrita, mantendo-se apenas na oralidade. Foi, aliás, esse uso do asturiano ao longo dos tempos pelas classes populares que assegurou a sua sobrevivência²¹.

Do que fica exposto compreende-se facilmente que não se tenha constituído uma *koiné* asturiana, embora a documentação medieval manifeste um certo predomínio da variedade central (García Arias 1992: 681; Cano González 1999: 110; Sánchez Miret 2008: 2527). A interrupção do processo de textualização em virtude do predomínio político de Castela e a criação de uma situação diglósica nas Astúrias, associadas à falta de autonomia política, são circunstâncias suficientes para explicar por que razão não se desenvolveu a partir do Renascimento o processo de codificação gramatical e lexicográfica análogo aos que tiveram lugar na história do português e do castelhano²².

¹⁹ Sobre a textualização moderna do asturiano, veja-se Metzeltin (2004: 90); Cano González (1999: 111-113) (§2. «Da Idade Média à situação actual»).

²⁰ Na última década do século XV, no livro *Las Vidas de los Santos Religiosos*, o Autor, ao mesmo tempo que aprecia de forma muito pouco positiva o asturiano e outras línguas periféricas de Castela, justifica a sua escolha a favor do castelhano para escrever a obra do seguinte modo: «E porque el *real imperio* que hoy tenemos es *castellano*, e los muy excellentes rey e reyna nuestros senyores han escogido como por asiento e silla de todos sus rreynos el reyno de Castilla *deliberé de poner la obra presente en lengua castellana*, porque la fabla comumente mas que todas las otras cosas sigue al *imperio*». Citado por Pensado Tomé (1982: 28-40 e, concretamente, 30-31).

²¹ Como salienta Kabatek (2006: 143), para o futuro desenvolvimento do asturiano mais importante do que a reduzida produção escrita ao longo dos séculos foi a sua continuidade na oralidade e «la superficialidad de la castellanización fuera de ciertos ámbitos sociales (iglesia, nobleza) y locales (urbanos)».

²² A propósito da standardização moderna do asturiano e, particularmente, da sua codificação e normatização, vejam-se os seguintes trabalhos: Cano González (1999: 111 e segs.); Metzeltin (2004: 89 e segs.); Metzeltin (2007: 181-182). Destaque-se que o primeiro dicionário e a primeira gramática foram ela-

Ainda que inicialmente, no século X, fosse Castela um pequeno Condado, assumiu na reconquista do Centro e do Sul peninsulares um papel dominante desde o século XIII, mas principalmente nos séculos XIV e XV, o que lhe permitiu uma extraordinária expansão do seu espaço geográfico. Reforçaram, ainda, a sua grande extensão a união das Coroas de Castela e de Aragão e, por fim, a queda do Reino de Granada. Além da enorme difusão geográfica, o castelhano inicia cedo a selecção da variedade de referência (primeiro, a variedade de Burgos e depois a de Toledo) como base do *standard* que se sobrepôs às demais variedades românicas peninsulares, marginalizando-as, estando esse processo praticamente concluído no século XVI. Ao chegar ao início de Quinhentos, o castelhano tinha-se já expandido por todo o território peninsular e tinha-se sobreposto, como língua própria do domínio da distância comunicativa, às demais variedades românicas, se exceptuarmos o português, no Reino de Portugal, e o catalão, onde condições especiais impediram essa marginalização (Koch e Oesterreicher 2007: 202).

À grande força expansiva revelada por Castela na Reconquista através da qual se criou um amplo espaço para a difusão do castelhano corresponde um extraordinário vigor no processo de elaboração linguística.

No âmbito da importante actividade escriturária desenvolvida por Afonso X na Chancelaria, estende o Monarca o uso do castelhano a outros âmbitos e áreas de conhecimento até então reservados ao latim ou ao árabe –o direito, a ciência, a filosofia, a historiografia, etc–. Ao mesmo tempo, ao promover uma ampla actividade tradutória contribuiu o Rei Sábio para a profunda elaboração da língua. Inicia-se a extensão do castelhano a um grande número de tradições discursivas, em particular no domínio da distância comunicativa, o que o torna apto para um alargado espectro de tipos textuais, através da criação dos meios linguísticos e textuais-discursivos necessários. Ao mesmo tempo que o castelhano dá origem a abundante produção scriptural e textual, enriquecendo-se internamente, a língua escrita sofre, ao longo dos séculos e antes de se iniciar a codificação gramatical, um processo de fixação dos usos linguísticos, de eliminação de variantes anteriormente existentes.

A centralização política e linguística exercida por Castela interrompeu ou impediu o desenvolvimento do processo de constituição de uma língua elaborada, culta, apta para todas as situações comunicativas, no âmbito de diferentes variedades do Norte peninsular que, em épocas não totalmente coincidentes, se tornam incapacitadas para o uso em tradições discursivas da distância.

3.2. As consequências da sobreposição do castelhano fizeram-se também sentir na Galiza, onde circunstâncias históricas particulares tinham já impedido um

borados em meados do século XIX por Juan Junquera Huergo, mas não publicados nessa época. Criada em 1980 pelo Conselho Regional de Astúrias, a *Academia de la Llingua Asturiana* tem como principal tarefa a normatização da língua nos seus vários aspectos (ortográfico, gramatical e lexicográfico).

desenvolvimento diacrónico conjunto das modalidades a norte e a sul do rio Minho, as quais tinham configurado o romance galego-português: as duas variedades terão distinta fortuna.

Antes que a castelhanização se fizesse sentir e actuasse na Galiza, a separação do Condado Portucalense do Reino de Leão no final do século XI e a independência do Reino de Portugal em 1143 não só favoreceram o desenvolvimento divergente de antigas tendências comuns como impossibilitaram que as duas variedades nascidas de um mesmo tronco original desenvolvessem em conjunto os processos de elaboração e de standardização.

Com a Reconquista, o Reino de Portugal expande-se para sul e em meados do século XIII, com a recuperação das últimas cidades do Algarve, atinge a máxima implantação geográfica na Península Ibérica, ao mesmo tempo que se verifica a «viragem para sul» da vida política e cultural do País (Homem 1996: 147-148), aspecto que virá a ter consequências na selecção da variedade que será tomada como base, como variedade de referência para a codificação²³. Nessa deslocação para sul da vida política e cultural do Reino, simbolicamente iniciada quando D. Afonso Henriques abandona Guimarães e se fixa em Coimbra, podem distinguir-se dois momentos-chave, um no período dionisino, tempo de rápido progresso de Lisboa como «capital» (Homem 1996: 147), e outro, o período que se segue à aclamação do Mestre de Avis como Rei, no final do século XIV: Lisboa torna-se o centro do País e intérprete do sentimento nacional.

Paralelamente, a língua amplia os seus domínios de uso escrito, começando a substituir o latim na Chancelaria Real no tempo de Afonso III, a partir de 1255, mas a sua consagração como língua oficial do reino deve-se a D. Dinis a partir da penúltima década do século XIII: o seu uso maioritário na chancelaria só se verificará a partir de 1284 (Miranda 2012). A adopção do português nos documentos oficiais da chancelaria régia dionisina pode ser encarada simultaneamente sob diferentes perspectivas: além de representar a afirmação do vulgar em relação ao latim, tem também que ser relacionada com a política nacionalizadora do Monarca, podendo significar igualmente «a escolha de uma língua própria de um reino, diferente das restantes da Hispânia ou da Cristandade» (Mattoso 1993a: 155), aspecto que se reveste de um importante valor simbólico.

A partir do século XIII, seguindo o modelo de seu avô Afonso X, patrono das letras, D. Dinis fomentou a tradução de obras do árabe, do castelhano e do francês. Foi o Rei que mandou traduzir do árabe o texto historiográfico conhecido como *Crónica do Mouro Rasis* que constitui uma das fontes da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, devendo também na sua Corte ter sido preparadas as versões

²³ Sobre a questão da selecção da variedade tomada como referência para a codificação na tradição historiográfica da língua portuguesa, veja-se o que é dito em Maia 2010b.

da obra legislativa do Rei Sábio, as *Partidas*, o *Fuero Real*, ou da autoria de Jacob das Leis, *Flores de Derecho* e a *Summa de los Nueve Tiempos de los Pleitos*²⁴.

Foi, ainda, durante o reinado dionisino que devem ter sido realizadas traduções de várias novelas francesas do ciclo arturiano: a *Demanda do Santo Graal*, o *Livro de José de Arimateia*, *Merlim* e o *Livro de Tristão*.

Remonta também a finais do século XIII o *Livro Velho de Linhagens*, a mais antiga das compilações genealógicas conhecidas, embora se conserve apenas em cópias posteriores (Mattoso 1993b: 419-421).

Corresponde ao início do século seguinte a tradução do *Livro de Alveitaria*, feita por ordem do Monarca, no ano de 1318, embora subsista apenas numa cópia do século seguinte.

Destaque-se, ainda, a par da sua intensa actividade poética na *koiné* literária, em que se revelou «o mais fecundo dos trovadores em galego-português» (Gonçalves 1993: 206), o facto de, após a morte de Afonso X, a corte poética dionisina, embora actuando num âmbito mais limitado do que a do Rei Sábio, aparecer como «o único centro produtor de poesia, depositário das possibilidades de sobrevivência da tradição lírica galego-portuguesa» (Tavani 1990: 263).

Ao longo dos séculos XIV e XV, a língua exercita-se em intensa actividade tradutória, desenvolvida principalmente nos mosteiros de Santa Cruz e de Alcobaça e pelo rei e príncipes da geração de Avis, e na produção de textos de carácter moralista, textos de edificação religiosa, textos técnicos, assim como de textos correspondentes a uma historiografia original, iniciada com Fernão Lopes que assinala o começo de uma série de cronistas gerais do Reino (Metzeltin 2004: 145-148; Metzeltin 2007: 162-163).

Durante os referidos séculos, a língua expande-se a diferentes tipos textuais, emancipando-se em relação ao latim. E na centúria de Quinhentos floresce uma importante plêiade de escritores, em cujos textos a língua atinge elevado grau de elaboração: tinha-se já criado um amplo e consistente *corpus* de escrituralidade literária. A par da progressiva elaboração (extensiva e intensiva) do idioma, verifica-se a standardização vinculada a essa produção textual (a codificação implícita), tendo a actividade codificatória a partir do século XVI dotado a língua de instrumentos susceptíveis de fixar o uso e de definir o padrão linguístico²⁵. O Português impõe-se, as-

²⁴ Sobre alguns aspectos da língua na época dionisina, veja-se Maia 2010c e Metzeltin 2004: 144-145.

²⁵ Apesar da importância dos processos de standardização e de elaboração na história das línguas, não têm merecido muita atenção na investigação realizada em Portugal sobre o português. Nesse âmbito destacam-se os trabalhos de Paiva (2002) e de Santos (2006). No primeiro procura a autora esclarecer sobre o tipo de relação que existe entre a actividade dos gramáticos e ortógrafos portugueses do século XVI e fixação do padrão linguístico que, de forma unânime, se tem situado na segunda metade daquele século (Paiva 2002: 7). Depois de algumas considerações de feição teórica sobre a legitimação de uma «linguística» prescritiva e sobre os processos de standardização, a autora do segundo trabalho, com base num *corpus* constituído por

sim, também através do desenvolvimento de uma sólida e abundante gramaticografia e lexicografia que se inicia no Renascimento com a publicação da *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira, da *Grammatica da língua portuguesa* (1540), de João de Barros, e do *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem* (1562), de Jerónimo Cardoso²⁶. A partir de então, a língua passa a ser objecto de análise e de reflexão metalinguística.

Manifesta-se, também, no século XVI nas obras gramaticais e em humanistas e poetas consciência do valor, da importância da língua portuguesa, da sua função política e cultural e do seu valor simbólico e surgem textos em que se faz a defesa, o louvor e a apologia da língua pátria. Não faltam também em textos de carácter metalinguístico manifestações de orgulho e entusiasmo pela língua portuguesa, apoiadas na consciência da extraordinária ampliação do seu espaço geográfico e humano motivada pelas descobertas e conquistas nos vários continentes²⁷.

Enquanto o português se constituía historicamente deste modo, a implantação do castelhano na Galiza teve enormes consequências: acabou por transformar o galego apenas em língua da comunicação oral, iniciando-se a diglossia com o castelhano. Desde o século XIV, a língua notarial da Galiza apresenta alguns castelhanismos lexicais, pouco frequentes e esporádicos, mas é sobretudo na segunda metade do século XV e no século XVI que os documentos notariais oferecem uma língua profundamente castelhanizada. Desse modo, no final do século XV e nas primeiras décadas do século seguinte introduz-se na língua notarial galega um número cada vez mais acentuado de formas castelhanas, ao mesmo tempo que surgem também textos híbridos, profundamente afectados pela interferência entre galego e castelhano. A partir do século XVI o galego desaparece no uso escrito, não só como língua notarial, administrativa, mas também como língua literária, ao mesmo tempo que perde também terreno como língua culta.

textos gramaticais e ortográficos temporalmente localizados entre 1536, data da publicação da primeira gramática da língua portuguesa, de Fernão de Oliveira, e 1822, ano da edição da *Grammatica philosophica da lingua portuguesa*, de Jerónimo Soares Barbosa, procura averiguar o processo de construção da norma e do discurso sobre a norma na produção linguístico-gramatical portuguesa.

²⁶ Para um tratamento mais aprofundado da elaboração e da codificação do português, veja-se Metzeltin 2004: 142-158 e Metzeltin 2007: 161-168.

²⁷ Um expressivo texto encontra-se em Duarte Nunes de Leão, na *Origem da lingua portvgvesa*: «E manifesto he que como entre todas as nações que no mundo ha, nenhũa se alçougou tanto de sua terra natural, como a nação Portuguesa, pois sendo do último occidente, & derradeira parte do mundo, onde (como Plinio diz) os elemêtos da terra, agoa, aar, fazem sua demarcação, penetrarãõ tudo o que o mar Oceano cerca, & comsigo levarãõ sua língua. A qual tam puramente se falla em muitas cidades de Africa, que ao nosso jugo saõ subjectas, como no mesmo Portugal, & em muitas prouincias da Ethiopia da Persia & da India, onde temos cidades & colonias, nos Syonitas, nos Malaios, nos Maluqueses, Lequeos, & nos Brasijis, & nas muitas & grandes ilhas do mar Oceano, & tantas outras partes, que com razão se pode dizer por os Portugueses: o que diz o Psalmista: In omnem terram exiuit sonus eorum, & in fines orbis terrae verba eorum». (Lião 1606: 136-137). Sobre outros textos gramaticais em que é evidente a apologia e o enaltecimento da língua portuguesa assim como a consciência da sua superioridade resultante da sua dimensão imperial, veja-se Maia: 2010a: 33-41.

Interrompe-se o processo de textualização em galego²⁸, a tal ponto que entre as primeiras décadas do século XVI e o «Ressurgimento» galego do século XIX praticamente não há produção escrita nem edição na língua local²⁹.

A história política da Galiza e a marginalização do galego não permitiram o desenvolvimento, a partir do Renascimento, de uma tradição gramatical e lexicográfica: as primeiras gramáticas e os primeiros dicionários do galego serão publicados apenas no século XIX.

Importante para o processo de normatização do galego tem sido a actividade desenvolvida a partir dos anos 80 do século XX pelo Instituto da Língua Galega, criado em Santiago de Compostela em 1971, e pela Real Academia Galega que em 1982 aprovaram as *Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego* e em 1990 publicaram o *Diccionario da lingua galega*³⁰. As referidas Normas, sancionadas oficialmente pelo governo autónomo da Galiza, foram posteriormente revistas em 1995 e reformadas em 2003 pela Real Academia Galega.

A oficialização do galego é conseguida através do estabelecimento da co-oficialidade, na região, do galego e do castelhano no Estatuto de Autonomia da Galiza referendado em 1980 e aprovado em 1981. Conseguiram-se, além disso, nas últimas décadas importantes avanços no que se refere aos usos do galego, nomeadamente no domínio literário, nos media locais, etc. No entanto, os galegos estão sujeitos a forte pressão do castelhano que dispõe de «unos medios de socialización incomparablemente más poderosos que el gallego» (Monteagudo 2005: 128) e que é realmente a língua de prestígio para a maioria da população galega (Fernández Rei 2007: 484).

A comparação do português e do galego no que se refere aos processos de elaboração e standardização põe em evidência a importância destes processos na história diferenciada dos dois idiomas. Ao passo que no século XVI o português não era apenas língua de comunicação, mas também língua de cultura e de civilização, caracterizada por elevado grau de elaboração e dotada de instrumentos de codificação, o galego abandona, a partir de então e durante séculos, o uso escrito e progressivamente perde terreno como língua de comunicação das camadas cultas. Estes aspectos da história externa dos dois idiomas têm contrapartidas na respectiva história interna.

²⁸ A propósito da textualização do galego, veja-se Metzeltin 2004: 131-132. Sobre as áreas de cultivo do galego e sobre os tipos de textos, veja-se Monteagudo 1999: 124-127.

²⁹ São muito escassos os exemplos de textos escritos em galego entre o século XVI e o século XVIII: «algumas poesías barrocas y neoclásicas, breves piezas de teatro, villancicos navideños» (Metzeltin 2004: 132). Conforme afirma Monteagudo 1999: 232, o cultivo do galego escrito durante os chamados «séculos escuros» foi totalmente circunstancial, não tendo chegado a constituir-se uma tradição escrita. Para o conhecimento dos textos produzidos durante esse período veja-se Monteagudo 1999: 232-237; Mariño Paz 1998: 250-265.

³⁰ Sobre a situação linguística da Galiza e sobre a vitalidade e uso do galego, veja-se Fernández Rei 1999: 27-81; Fernández Rei 2007: 481-485.

Na centúria de Quinhentos o português dispunha de uma modalidade elaborada, apta para diferentes tipos de textos³¹, caracterizada por grande riqueza lexical e versatilidade sintáctica e estilística, aliás já postas em prática pelos grandes autores literários desse século, apontados pelos textos gramaticais coetâneos como modelos do bom uso da língua³².

Digno de observação é o testemunho de um dos primeiros gramáticos portugueses, Duarte Nunes de Leão, que identifica com clareza as razões do distanciamento entre as línguas galega e portuguesa, a partir de uma fase inicial de quase total identidade. Ao referir-se à especificidade do catalão no conjunto das demais línguas peninsulares, caracterizado por afinidades com a língua francesa, salienta a

notauel diferença entre ella, & a lingoa de Castella, & das de Galliza & Portugal, as quaes ambas eraõ antigamente quasi hũa mesma, nas palauras, & nos diphtongos, & pronunciaçãõ que as outras partes de Hespanha não tem. Da qual lingoa Gallega a Portuguesa se auentajou tanto, quãto na copia & na elegãcia della vemos. O que se causou por em Portugal hauer Reis, & corte que he a officina onde os vocabulos se forjaõ, & pulem, & donde manãõ pera os outros homẽs, o que nunca houue em Galliza (Lião 1606: 32).

E, mais adiante, noutro passo:

(...) os Gallegos, cuja lingoa & a nossa era toda quasi hũa (Lião 1606: 132).

De acordo com a percepção do autor, o afastamento deve-se ao maior grau de elaboração alcançado pelo português reflectido na maior riqueza de recursos linguísticos e numa maior elegância. Como factores que explicam esse distanciamento refere o gramático a autonomia política de Portugal que se constituiu como unidade estatal independente com poder centralizante e a Corte, uma realidade social e cultural da maior importância que desempenhou um notório papel na elaboração linguística do idioma. E, nesse contexto, refere o papel de D. Dinis na história do português, comparando a sua actividade à que, a partir da sua corte, desenvolveu Afonso X, seu avô, em prol do castelhano.

³¹ No *Diálogo em lovvor da nossa lingvagem*, João de Barros considera que o português tem como vantagem sobre outras línguas a «gravidade», mas, a par desse privilégio, possui também a capacidade de se adaptar a todos os tipos de textos: «A linguágem Portuguesa, que tenha ésta gravidade, nã perde a força pera declarar, mouer, delectar, e exortar a parte à que se enclina: seia em qual quer genero de escritura» (Barros, *Diálogo em lovvor da nossa lingvagem*, fol. 55v).

³² Autores como Sá de Miranda, Frei Heitor Pinto, Camões, «de cuja fama o tempo nunqua triumphará», Diogo Bernardes, António Ferreira, entre outros, são referidos como modelos da língua literária por Pero de Magalhães de Gândavo, no *Dialogo em defensão da lingua portuguesa*, 61-62. O elogio feito pelo gramático indicia que, no final do século XVI, «existía la conciencia de que el País había creado un sólido corpus de escrituralidad literaria que constituía una de las bases de la identidad nacional» (Metzeltin 2004: 152).

4. Terminemos com algumas observações finais de carácter conclusivo. A comparação histórica das várias línguas ibero-românicas que se desenvolveram na órbita da monarquia asturiano-leonesa no que diz respeito aos processos de elaboração e de standardização fornece alguns parâmetros úteis para a análise e compreensão da situação do asturiano. A consideração destes processos na história do espanhol e do português pode fornecer informações de utilidade para pessoas e instituições empenhadas na elaboração linguística do asturiano.

Nas páginas anteriores pôs-se em evidência como os acontecimentos históricos e políticos ocorridos no reino das Astúrias (e de Leão) e no reino de Castela afectaram os destinos linguísticos das Astúrias e da Galiza.

Assistiu-se, ao longo dos séculos, à perda de área geográfica de implantação do asturiano, mas também à sua minorização sociolinguística, traduzida na progressiva diminuição de vitalidade, correspondente a mudanças operadas nos seus âmbitos de utilização: sofre restrições nos domínios de uso, as quais acabaram por configurar uma situação diglósica.

A castelhanização muito precoce das Astúrias interrompe cedo a continuidade histórica do processo de elaboração iniciado na Idade Média e impede o desenvolvimento do processo de codificação no mesmo contexto histórico-cultural em que o fizeram o castelhano e o português. Iniciada a escrituralização do asturiano no final do século XII, prolonga-se até ao século XIV, sendo os séculos XV e XVI «séculos escuros» sob o ponto de vista da produção escrita em asturiano. Acresce, ainda, o facto de o espectro textual produzido em asturiano durante esse período ser reduzido, estando muito distante da ampla gama de tipos textuais produzidos em castelhano ou em português.

O abandono do uso do asturiano das funções prestigiadas da comunicação reduz o idioma a usos locais e orais das Astúrias e desencadeia atitudes avaliativas negativas a partir de finais do século XV, embora só tenhamos conhecimento de notícias provenientes do exterior da comunidade asturiana. Está quase totalmente por fazer a história da consciência linguística nas Astúrias e sobre o asturiano³³.

Evidenciámos, também, como a história política da Galiza, sempre integrada em unidades políticas mais amplas, condicionou o desenvolvimento da língua, a partir do galego-português medieval. Ficou, ainda, patente como a trajectória diferenciada do galego e do português é sugestiva sob o ponto de vista da elaboração e da standardização, processos que se desenvolvem e manifestam de modo distinto na Galiza e em Portugal.

³³ Numa contribuição recente, García Arias (2016: 121-141) analisa algumas manifestações da consciência linguística no domínio ásture durante a Idade Média, ocupando-se sobretudo da consciência da dualidade latim / romance em relação com a ascensão da variedade românica local ao domínio da distância comunicativa.

Ao passo que o português se afirma como língua escrita, superando a diglossia com o latim e, mais tarde, com o castelhano usado como língua literária, e constrói, ao longo dos séculos, uma língua altamente elaborada e codificada, o galego interrompe, durante séculos, o processo de elaboração e só tardiamente é submetido a um processo de codificação num contexto histórico-cultural muito distinto daquele em que se enquadrou o início do processo do português.

A codificação do português não teve apenas como consequência a limitação da variação e a fixação dos usos linguísticos como, em virtude da variedade tomada como variedade de referência, contribuiu para distanciar a língua cada vez mais do galego.

BIBLIOGRAFIA³⁴

- BARROS, João de (1540): *Grammatica da lingua Portuguesa*. Olyssipone: Apud Lodouicum Rotoriguū Typographum. Servimo-nos da edição fac-similada publicada por Maria Leonor Carvalho Buescu (ed.) 1971: *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações. Lisboa, Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CANO GONZÁLEZ, Ana María (1999): «Normalización y normativización do asturiano hoxe», em *Estudios de sociolingüística románica. Linguas e variedades minorizadas*. Francisco Fernández Rei & Antón Santamarina Fernández (eds.). Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico: 107-132.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (2013): *O município de Coimbra. Monumentos fundacionais*. Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CONDE SILVESTRE, Juan Camilo (2007): *Sociolingüística histórica*. Madrid, Gredos.
- DEUMERT, Ana & Wim VANDENBUSSCHE (2003): «Standard Languages. Taxonomies and Histories», em *Germanic Standardizations. Past to Present*. Ana Deumert & Wim Vandebussche (eds.). Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins: 1-14.
- ECHENIQUE ELIZONDO, M^a. Teresa & Juan Sánchez Méndez (2005): *Las lenguas de un reino. Historia lingüística hispánica*. Madrid, Gredos.
- FERNÁNDEZ REI, Francisco (1999): «A situación do galego en Galicia e no Occidente de Asturias, de León e de Zamora», em *Estudios de sociolingüística románica. Linguas e variedades minorizadas*. Francisco Fernández Rei & Antón Santamarina Fernández (eds.). Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico: 27-81.
- (2007): «Plurilingüismo y contacto de lenguas en la Romania Europea», em *Manual de lingüística románica*. José Enrique Gargallo Gil & María Reina Bastardas (coords.). Barcelona, Ariel: 477-516.
- FERREIRA, Manuela Barros & Domingos RAPOSO (coords.) (1999): *Convenção ortográfica da Língua Mirandesa*. Miranda do Douro, Lisboa, Câmara Municipal de Miranda do Douro, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

³⁴ Nesta secção incluem-se apenas as obras referidas no texto do presente artigo.

- GANDAVO, Pero de Magalhães de (1574): *Regras qve ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma lingua*. Em Lisboa: Na officina de Antonio Gonsaluez. Edição facsimilada da 1ª edição, com introdução de Maria Leonor Carvalhão Buescu 1981. Lisboa, Biblioteca Nacional.
- GARCÍA ARIAS, Xosé Lluís (1992): «Asturianisch: Externe Sprachgeschichte/Evolución lingüística externa», em *Lexikon der Romanistischen Linguistik* (LRL) VI, 1. Tübingen, Max Niemeyer Verlag: 681-693.
- (1995): «Asturianische und leonesische Skriptae/Las *scriptae* asturianas y leonesas», em *Lexikon der Romanistischen Linguistik* (LRL) II, 2. Tübingen, Max Niemeyer Verlag: 618-649.
 - (2016): «Conciencia llingüística y textos asturianos medievales», em *El Naixement de la Conciència Lingüística a la Edat Mitjana*. J. Terrado & Flocel Sabaté (eds.). Lleida, Pagès Editores: 121-141.
- GARVIN, Paul (1964): «The Standard Language Problems: Concepts and Methods», em *Language and Culture in Society*. Dell Hymes (ed.). New York, Harper: 521-526.
- GARVIN, Paul & Madeline MATHIOT (1968): «The Urbanization of the Guarani Language. A Problem in Language and Culture», em *Readings in the Sociology of Language*. Joshua A. Fishman (ed.). The Hague/Paris, Mouton: 365-374.
- GONÇALVES, E. (1993): «Denis, Dom», em *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (orgs. e coords.). Lisboa, Caminho: 206-212.
- HAUGEN, Einar ([1966] 1972): «Dialect, Language, Nation», em *American Anthropologist* 68: 922-935. Reeditado em *Sociolinguistics*. J. B. Pride & J. Holmes (eds.). Harmondsworth, Penguin: 97-111.
- (1987): «Language Planning», em *Sociolinguistics: an International Handbook of the Science of Language and Society = Soziolinguistik: ein internationales Handbuch zur Wissenschaft von Sprache und Gesellschaft* I. Berlin, Walter de Gruyter: 626-637.
- HOMEM, Luís de Carvalho (1996): «A dinâmica dionisina», em *Nova história de Portugal*. Joel Serrão & A. H. de Oliveira Marques (dirs.). III (*Portugal em definição de fronteiras*). Lisboa, Presença: 144-163.
- JOSEPH, John Earl (1982): «Dialect, Language and ‘Synecdoche’», em *Linguistics* 20, 473-491.
- (1987): *Eloquence and Power. The Rise of Language Standards and Standard Languages*. New York, Basil Blackwell.
- KABATEK, Johannes (2003): «¿En que consiste o *Ausbau* dunha lingua?», em *Estandarización do léxico*. María Álvarez de la Granja & Ernesto Xosé González Seoane (eds.). Santiago de Compostela, Instituto da Lingua Galega, Consello da Cultura Galega: 37-51.
- (2006): «Requisitos para ser lingua: el caso del asturiano y de otras modalidades lingüísticas de España», em *Las lenguas de España. Política lingüística, sociología del lenguaje e ideología desde la Transición hasta la actualidad*. Johannes Kabatek & Mónica Castillo Lluch (eds.). Frankfurt am Main/Madrid, Vervuert/Iberoamericana: 141-158.
- KOCH, Peter & Wulf OESTERREICHER (2001): «Gesprochene Sprache und geschriebene Sprache. Langage parlé et langage écrit», em *Lexikon der Romanistischen Linguistik* (LRL), I, 2. Tübingen, Max Niemeyer Verlag: 584-627.
- KOCH, Peter & Wulf OESTERREICHER (2007): *Lengua hablada en la Romania: Español, Francés, Italiano*. [Versión española de Araceli López Serena]. Madrid, Gredos.
- (2008): «Comparaison historique de l’architecture des langues romanes/Die Architektur romanischer Sprachen im historischen Vergleich», em *Romanische Sprachgeschichte/Histoire Linguistique de la Romania*, 3. Berlin/New York, Walter de Gruyter: 2575-2610.

- LIÃO, Dvarte Nvnez de (1606): *Origem da lingoa portvgvesa*. Lisboa, Impresso por Pedro Crasbeeck.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1996): «Mirandés», em *Manual de dialectología hispánica. El español de España*. Manuel ALVAR (Dir.). Barcelona, Editorial Ariel: 159-170.
- (2010a): «A consciência da dimensão imperial da Língua Portuguesa na tradição linguístico-gramatical portuguesa», em Ana Maria Brito (org.), *Gramática: história, teorias, aplicações*. Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto: 29-49.
 - (2010b): «A selecção do dialecto da antiga província da Estremadura como modelo de língua exemplar na tradição gramatical portuguesa: fundamentos históricos da sua ‘excelência idiomática’», em *Actes du XXVe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*. Tome III. Berlin, De Gruyter: 485-493.
 - (2010c): «A língua portuguesa em tempos de D. Dinis», em *De arte grammatica. Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 65. Geburtstag*. Cornelia Döll, Sybille Grosse, Christine Hundt & Axel Schöneberger (eds.). Frankfurt am Main, Valentia: 315-332.
- MARIÑO PAZ, Ramón (1998): *Historia da lingua galega*. Santiago de Compostela, Gotelo Blanco.
- MATTOSO, J. (1993a): «1096-1325», em *História de Portugal*. J. Mattoso (ed.). II. Lisboa, Estampa: 11-309.
- (1993b): «Livros de Linhagens», em *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (orgs. e coords.). Lisboa, Caminho: 419-421.
- METZELTIN, Miguel (2004): *Las lenguas románicas estándar. Historia de su formación y de su uso*. Uviéu, Academia de la Llingua Asturiana.
- (2007): «Del Renacimiento a la actualidad (I). Procesos de codificación de las lenguas románicas», em *Manual de lingüística románica*. José Enrique Gargallo Gil & María Reina Bastardas (coords.). Barcelona, Ariel: 147-197.
 - (2014): «L’asturianu ente les llingües romances/The Asturian language between the Romance languages», em *Lletres Asturianes* 110: 11-23.
- MIRANDA, José Carlos Ribeiro (2012): «O galego-português e os seus detentores ao longo do séc. XIII», em *e-Spania, Revue interdisciplinaire d’études hispaniques médiévales*. [Disponível em: <http://e-spania.revues.org/21021>. Acedido em 09.01.2017. DOI : 10.4000/e-spania.21084].
- MONTEAGUDO, Henrique (1999): *Historia social da lingua galega*. Vigo, Galaxia.
- (2005): «La estandarización del gallego. Problemas y avances», em *Norm und Normkonflikte in der Romania*. Carsten Sinner (ed.). München, Peniopo: 112-130.
- MORENO FERNÁNDEZ, Francisco (2005): *Historia social de las lenguas de España*. Barcelona, Ariel.
- (42009): *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. Barcelona, Ariel.
- MULJAČIĆ, Žarko (1999): «Estandarización de linguas románicas «baixo presión»: unha proposta tipolóxica», em *Estudios de sociolingüística románica. Linguas e variedades minorizadas*. Francisco Fernández Rei & Antón Santamarina Fernández (ed.). Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico: 11-26.
- PAIVA, Maria Helena Pinto Novais (2002): *Os gramáticos portugueses quinhentistas e a fixação do padrão lingüístico. Contribuição da informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança*. Dissertação de doutoramento. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PENSADO TOMÉ, J. L. (1982): «Evaluación del asturiano entre las lenguas hispánicas», em *Lletres Asturianes* 1: 28-40.

- ROMAINE, Suzanne (2007): «Linguistic Diversity and Language Standardization», em *Handbook of Language and Communication: Diversity and Change*. Marlis Hellinger & Anne Pauwels (eds.). Berlin/New York, Mouton de Gruyter: 685-713.
- SÁNCHEZ MIRET, Fernando (2008): «Las variedades diastráticas y diafásicas de las lenguas románicas desde un punto de vista histórico: Iberorromania/Die diastratischen und diasituativen Varietäten der romanischen Sprachen aus historischer Sicht: Iberorromania», em *Romanische Sprachgeschichte/Histoire Linguistique de la Romania*. 3. Berlin/New York, Walter de Gruyter: 2366-2378.
- SANTOS, Isabel Maria de Almeida (2006): *Norma e codificação. A produção linguístico-gramatical portuguesa*. Dissertação de doutoramento. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- TAVANI, Giuseppe (1990): *A poesia lírica galego-portuguesa*. Lisboa, Editorial Comunicação.